



Número: **0800319-18.2020.8.15.0461**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Vara Única de Solânea**

Última distribuição : **22/04/2020**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Seguro**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
ALESSANDRA SANTOS DE OLIVEIRA NUNES (AUTOR)		TULLIO JERONIMO BASTOS (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
30067422	22/04/2020 16:32	AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT - VÍTIMA FATAL	Petição Inicial
30067435	22/04/2020 16:32	AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO - DPVAT - ALESSANDRA	Outros Documentos
30067436	22/04/2020 16:32	DOCUMENTOS PESSOAIS - AUTORA	Documento de Identificação
30068057	22/04/2020 16:32	COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA	Documento de Comprovação
30068056	22/04/2020 16:32	DOCUMENTOS PESSOAIS - VÍTIMA	Documento de Identificação
30068051	22/04/2020 16:32	CERTIDÃO DE CASAMENTO	Documento de Comprovação
30068050	22/04/2020 16:32	CERTIDÃO DE ÓBITO	Documento de Comprovação
30068049	22/04/2020 16:32	BOLETIM DE OCORRÊNCIA	Documento de Comprovação
30067448	22/04/2020 16:32	NEGATIVA - PROC. ADM	Documento de Comprovação
30067447	22/04/2020 16:32	NOTA FISCAL DA MOTOCICLETA	Documento de Comprovação
30067445	22/04/2020 16:32	DECLARAÇÃO DE ÓBITO - IML	Documento de Comprovação
30067443	22/04/2020 16:32	PROCURAÇÃO	Procuração
30067442	22/04/2020 16:32	DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA	Documento de Comprovação
30083951	23/04/2020 11:31	Despacho	Despacho

INAUGURAL ANEXA





MERITÍSSIMO JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE SOLÂNEA, ESTADO DA PARAÍBA.

ACIDENTE DE TRÂNSITO – SEGURO DPVAT

ALESSANDRA SANTOS DE OLIVEIRA, brasileira, agricultora, viúva, inscrita no CPF sob nº 377.683.028-00 e portadora da Cédula de Identidade nº 4.306.596 SSDS/PB, residente e domiciliado no Sítio Piçarreira, s/n, área rural do Município de Solânea-PB, (CEP 58.225-000), pelo o instrumento procuratório em anexo, por intermédio de seu procurador e advogado “in fine” assinado, com escritório profissional situado à Rua Alfredo Pessoa de Lima, nº 251, centro, Solânea-PB, CEP: 58.225.000, endereço eletrônico: tulliojeronimoadv@gmail.com, onde receberá as eventuais intimações e notificações de estilo, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência com supedâneo legal na Lei nº 6.194/74, propor a presente:

ACÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT –
VÍTIMA FATAL

pelo PROCEDIMENTO COMUM em desfavor da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) sob nº 09.248.608/0001-04, companhia de seguros participante do Consorcio de Seguradoras que operam o seguro de danos pessoais causados por veículo de via terrestre, com sede e domicílio na Rua Senador



Rua Alfredo Pessoa de Lima, 251
Centro, Solânea-PB
58225-000



83 99102-6260



tulliojeronimoadv@gmail.com





Dantas, nº 74 – 5º Andar, Centro, Rio de Janeiro – RJ, pelos motivos de fato e de direito a seguir aduzidos:

I – PRELIMINARMENTE

I.I - DA CONCESSÃO DA JUSTIÇA GRATUITA

A concessão da justiça gratuita tendo-se em vista que a promovente não possui condições de arcar com as despesas processuais, sem que lhe cause prejuízos ao seu respectivo sustento, com fundamento no artigo 4º da lei nº 1.060/50 e do artigo 1º da lei nº 7.115/1983, como atesta a declaração de hipossuficiência econômica.

Ademais, o fato de ingressar em Juízo sob o patrocínio de advogado não integrante dos quadros da Defensoria Pública, nenhuma influência tem na concessão do benefício pleiteado, conforme entendimento da sumula 29 do TJPB, que assim preceitua: “Não está à parte obrigada, para gozar dos benefícios da Assistência Judiciária, a recorrer aos serviços da Defensoria Pública”.

II – DOS FATOS

Excelência, o jovem MARCOS ANTÔNIO FRANCO NUNES (VÍTIMA FATAL), brasileiro, portador da cédula de identidade - RG nº 4077503 SSP/PB e do CPF sob nº 170.278.267-04, faleceu vítima de acidente de trânsito em via pública na Estrada do Sítio Barrocas, Zona Rural do Município de Solânea/PB, no dia 02/04/2019, sendo sepultado no Cemitério local, conforme certidão de óbito acostada na presente peça vestibular.

Registra-se, MM Juiz, que o “de cujus” faleceu no local em decorrência do forte impacto, conforme Boletim de Ocorrência e a Certidão de Óbito.



Rua Alfredo Pessoa de Lima, 251
Centro, Solânea-PB
58225-000



83 99102-6260



tulliojeronimoadv@gmail.com





Outrossim, MM Juiz, o “de cujus” deixou sua esposa ALESSANDRA SANTOS DE OLIVEIRA, não deixando bens a inventariar, nem filhos, conforme também certidão de óbito acostada

A requerente, na condição de viúva e portando a única legalmente habilitada, haja vista que o “de cujus” COMO JÁ MENCIONADO NÃO DEIXOU FILHOS, conforme certidão de óbito e a CERTIDÃO DE CASAMENTO acostada na presente peça, ciente de seu direito ingressou com o pedido administrativo com toda a documentação exigida pela a promovida para obter o seguro DPVAT DO QUAL FAZ JUS como o Boletim de Ocorrência (B.O.), Certidão de Óbito, e todos os demais documentos necessários. Todavia, a promovida possuindo toda a documentação necessária acostada pela autora à concessão do seguro DPVAT optou por NEGAR o seu pedido administrativo nº 3190509765, tendo O PEDIDO SIDO NEGADO SEM NENHUMA JUSTIFICATIVA PLAUSÍVEL PELA A DEMANDADA, TENDO EM VISTA QUE TODA DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA JÁ TINHA SIDO ENVIADA.

Salienta-se que o direito da Autora, consiste no recebimento da indenização coberta pelo seguro obrigatório - DPVAT, sendo lhe devido o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), uma vez que resta comprovado na documentação acostada aos autos o nexo causal entre o acidente e a morte.

Denota-se legítimo o dever da Ré em efetuar o pagamento da indenização do seguro obrigatório DPVAT, ora pleiteado, visto que a mesma pertence ao rol de seguradoras que compõem atualmente o Consórcio referente ao Convênio DPVAT. Nesse sentido Excelência, em decorrência do acidente sofrido, culminado com o óbito, a Requerente busca a tutela jurisdicional do Estado para fazer valer do seu Direito.

III – DO DIREITO

A causa petendi que se assenta nas linhas a seguir revela o exercício do mais legítimo Direito da Ação e é mote para aplicação inequívoca da lei 6.194/74 e seus



Rua Alfredo Pessoa de Lima, 251
Centro, Solânea-PB
58225-000

☎ 83 99102-6260
✉ tulliojeronimoadv@gmail.com





consectários legais, em DIALOGO DAS FONTES, com a Constituição Federal, Processo Civil e o próprio Direito Civil.

O Seguro DPVAT foi criado no ano de 1974 pela Lei Federal nº 6.194/74, modificada pelas Leis 8.441/92, 11.482/07 e 11.945/09, que determina que todos os proprietários de veículos automotores paguem anualmente uma taxa que garante, na ocorrência de acidentes, o recebimento de indenização tanto no caso de ferimento quanto no caso de morte.

Em conformidade com o art. 3º da lei nº. 6.194/74, os danos pessoais cobertos pelo seguro DPVAT compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementar, vejamos o que nos diz este artigo com sua alínea:

“Art. 2º – Fica acrescida ao artigo 20, do Decreto-Lei nº. 73, de 21 de novembro de 1966, a alínea “I”

nestes termos:

Art. 20, I – Danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas não transportadas ou não.

Art. 3º - Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

I – R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) – no caso de morte;

Art. 4º – A indenização no caso de morte será paga, na constância do casamento ao cônjuge sobrevivente; na sua falta, aos herdeiros legais. Nos demais casos o pagamento será feito diretamente à vítima na forma que dispuser o Conselho Nacional de Seguros Privados.

Assim, resta claro que a requerente deve ser indenizada pelo seguro, como medida de direito, visto que era casada com a vítima.



Rua Alfredo Pessoa de Lima, 251
Centro, Solânea-PB
58225-000

☎ 83 99102-6260
✉ tulliojeronimoadv@gmail.com





Neste sentido, vejamos nossa Jurisprudência:

APELAÇÃO CÍVEL AÇÃO DE COBRANÇA SECURITÁRIA DPVAT - INDENIZAÇÃO POR MORTE BOLETIM DE OCORRÊNCIA IRRELEVÂNCIA JUNTADA DE DOCUMENTO HÁBIL A DEMONSTRAR A EXISTÊNCIA DE NEXO CAUSAL ENTRE O ACIDENTE E O DANO ALEGADA CARÊNCIA DE AÇÃO AFASTADA CORREÇÃO MONETÁRIA TERMO A QUO EDIÇÃO DA MP Nº 340 /2006 MERA RECOMPOSIÇÃO DA MOEDA EM RAZÃO DA DEPRECIACÃO INFLACIONÁRIA RECURSO

EMENTA: SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT INDENIZAÇÃO POR MORTE CORREÇÃO MONETÁRIA QUE DEVE TER O SEU TERMO INICIAL DE INCIDENCIA A PARTIR DA DATA DO ÓBITO VERBA INDENIZATORIA QUE DEVE SER FIXADA COM BASE NO SALÁRIO MÍNIMO EM VIGOR NA DATA DO FALECIMENTO DA VÍTIMA RECURSOS IMPROVIDOS. (TJSP - Apelação APL 9196426172009826 SP 9196426-17.2009.8.26.0000).

É entendimento já pacificado pela jurisprudência pátria que o pagamento do referido seguro deverá ser efetuado por qualquer seguradora privada integrante do consórcio instituído pela resolução 1/75 do CNSP. Vejamos o seguinte julgado:

EMENTA: FACULDADE DE ESCOLHA DA SEGURADORA FINALIDADE DO VEICULO. IRRELEVANCIA. Qualquer seguradora responde pelo pagamento da indenização do seguro obrigatório, pouco importando a condição do veículo e a finalidade a que se destina, defeso torna-se a imposição de limites por Resolução. (Acórdão nº 2.115/01, proferido nos autos do Recurso nº 926/01, publicado do DJ-MA em 06/07/01).

Os documentos anexados no procedimento administrativo e que acompanham a presente exordial provam de forma inequívoca que houve o acidente de trânsito, bem



Rua Alfredo Pessoa de Lima, 251
Centro, Solânea-PB
58225-000



83 99102-6260



tulliojeronimoadv@gmail.com





como o nexo de causalidade entre o fato ocorrido e o dano dele decorrente, amoldando-se perfeitamente à condição para recebimento do seguro obrigatório nos termos do art. 5º da Lei nº 6.194/74, que assim dispõe:

Art. 5º. O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado. (Grifo nosso)

Desse modo, recorremos ao Poder Judiciário com a esperança de resolução desta causa.

IV – DOS PEDIDOS

Ante o exposto requer:

a) Requer seja recebida esta inicial, bem como seja processada a presente demanda até final decisão jurisdicional procedente de mérito, haja vista a presença das condições da ação e dos pressupostos processuais, bem como dos requisitos dos artigos 319 e 320 do NCPC. Ademais, requer ainda que seja aplicado in totum a lei n. 6.194/74 - Seguro DPVAT.

b) Preliminarmente a concessão da justiça gratuita tendo-se em vista que a promovente não possui condições de arcar com as despesas processuais, sem que lhe cause prejuízos ao seu respectivo sustento, com fundamento no artigo 4º da lei nº 1.060/50, conforme declaração de hipossuficiência inclusa;

c) A citação da requerida, no endereço declinado no preâmbulo para conhecer dos termos da presente, e o processamento desta inicial, sob pena de revelia, em conformidade com o artigo 319 do Novo Código de Processo Civil;



Rua Alfredo Pessoa de Lima, 251
Centro, Solânea-PB
58225-000

☎ 83 99102-6260
✉ tulliojeronomoadv@gmail.com





d) Que a promovida seja compelida judicialmente a apresentar e juntar aos autos o Processo Administrativo (SINISTRO Nº 3190509765) e todos os demais documentos de que disponha referentes ao SEGURO que deu origem à lide, devendo ainda trazer também aos autos todas as informações referentes a todas as solicitações requeridas e respondidas pela promovente;

e) A TOTAL PROCEDÊNCIA DOS PEDIDOS DA PRESENTE, CONDENANDO a requerida ao pagamento do Seguro Obrigatório (DPVAT), no valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), acrescidos de juros de mora, atualização monetária e custas processuais e demais cominações legais;

f) Que o valor da condenação seja devidamente corrigido acrescido de juros e correção monetária retroativa a data do sinistro, tudo em conformidade com a súmula 54 do STJ;

g) Que seja a requerida condenada ao pagamento das custas processuais e os honorários advocatícios em 20% sobre o valor da condenação;

h) O julgamento antecipado da lide com fundamento no artigo 355, I do Novo Código de Processo Civil, visto que, as provas são meramente documentais;

i) Por fim, a juntada de todos os documentos acostados na exordial.

Protesta provar o alegado por todos os meios de provas em direito admitidos, especialmente nas provas documentais e outras que se fizerem necessárias ao deslinde da presente ação.

DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO



Rua Alfredo Pessoa de Lima, 251
Centro, Solânea-PB
58225-000



83 99102-6260



tulliojeronomoadv@gmail.com





A autora desde logo, opta pela realização da audiência de conciliação ou de mediação, nos termos do art. 319, inc. VII, do CPC.

Dá-se à causa o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), para efeitos de lei.

São os termos,
Pede e espera deferimento.

Solânea-PB, 22 de Abril de 2020.

TULLIO JERÔNIMO BASTOS
OAB – PB Nº 24.392



Rua Alfredo Pessoa de Lima, 251
Centro, Solânea-PB
58225-000

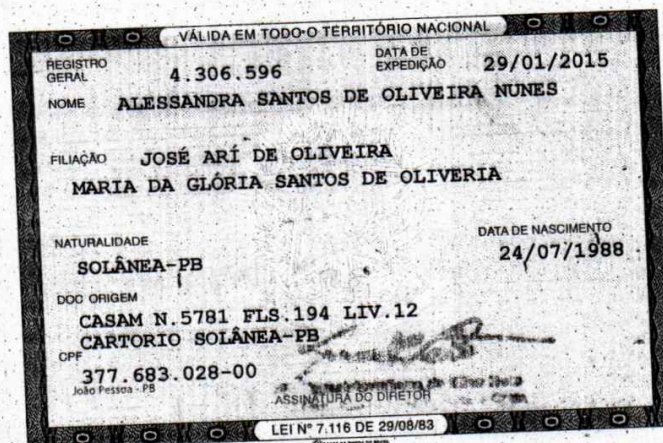


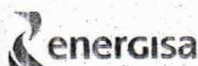
83 99102-6260



tulliojeronomoadv@gmail.com







nto: 20042216310907600000028907685



VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 4.077.503 DATA DE EXPEDIÇÃO 06/08/2012

NOME MARCOS ANTONIO FRANCO NUNES

FILIAÇÃO ANA MARIA FRANCO NUNES

NATURALIDADE ESPERANÇA-PB DATA DE NASCIMENTO 21/10/1993

DOC ORIGEM NASC.N.01631 FLS.008 LIV.00003

CARTORIO CASSERENGUE-PE

Insel Autêntica da Cópia Nota

ASSINATURA

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA PARAIBA

SECRETARIA DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL

INSTITUTO DE POLÍCIA LIDENTIFICA

DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO P-234

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Receta Federal

Cadastro de Pessoas Físicas

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO

Número 170.278.267-04

Nome MARCOS ANTONIO FRANCO NUNES

Nascimento 21/10/1993

VÁLIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO

CÓDIGO DE CONTROLE 9B63.9D5B.263C.1D93

A autenticidade deste comprovante deverá ser confirmada na Internet, no endereço

www.receita.fazenda.gov.br

Comprovante emitido pela

Secretaria da Receita Federal do Brasil

às 17:29:42 do dia 12/11/2012 (hora e data de Brasília)

digito verificador: 00

Sistema Único de Saúde

MARCOS ANTONIO FRANCO NUNES

Data Nasc.: 21/10/1993 Sexo: M

700 0043 9115 7009

DISQUE SAÚDE 136

Este cartão é de uso pessoal e intransferível. Em caso de roubo ou perda, comunicar ao Disque-Saúde.

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

SUS

Cartão do Usuário

SUS

Cartão Nacional de Saúde





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

CERTIDÃO DE CASAMENTO

NOME:

**MARCOS ANTONIO FRANCO NUNES
ALESSANDRA SANTOS DE OLIVEIRA NUNES**

MATRICULA:

0700520155 2014 3 00012 194 0005781 69



NOMES COMPLETOS DE SOLTEIRO, DATAS E LOCAIS DE NASCIMENTO, NACIONALIDADE E FILIAÇÕES DOS CONJUGES

MARCOS ANTONIO FRANCO NUNES, nascido em vinte e um de outubro de um mil novecentos e noventa e três (21/10/1993), natural de Esperança-PB, brasileiro. Filho de ANA MARIA FRANCO NUNES.

ALESSANDRA SANTOS DE OLIVEIRA, nascida em vinte e quatro de julho de um mil novecentos e oitenta e oito (24/07/1988), natural de Solânea-PB, brasileira. Filha de JOSÉ ARI DE OLIVEIRA e MARIA DA GLÓRIA SANTOS DE OLIVEIRA.

DATA DO REGISTRO DE CASAMENTO (POR EXTENSO)

trinta de dezembro de dois mil e quatorze

DIA

30

MES

12

ANO

2014

REGIME DE BENS DO CASAMENTO

Comunhão Parcial de Bens.

NOME QUE CADA UM DOS CONJUGES PASSOU A UTILIZAR (QUANDO HOUVER ALTERAÇÃO)

ELE: O mesmo nome de solteiro

ELA: ALESSANDRA SANTOS DE OLIVEIRA NUNES

OBSERVAÇÕES / AVERBAÇÕES

Cerimônia Religiosa com Efeito Civil realizada em 29 de Dezembro de 2014, na(o) Igreja Evangelica Assembleia de Deus. . Pelo Pastor: Luis Martins da Silva, conforme termo de Nº. 5781, fls. 194- Vs, Livro B.aux.00012.

NOME DO OFÍCIO

Serviço Registral "ANTONICE"

O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fé.

Solânea-PB, 30 de dezembro de 2014

OFICIAL REGISTRADOR

Belª. Antonice de Medeiros Santos

Aurenice de Medeiros Santos
Oficiala Substituta

MUNICÍPIO/UF
Solânea-PB

Aurenice de Medeiros Santos
OFICIALA SUBSTITUTA

ENDEREÇO

Rua: José Pessoa da Costa nº294 Centro - E-mail:
cartorioantonice@gmail.com Solânea-PB - CEP
58225000 Fone: 08333632995

CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL
Estado da Paraíba Comarca de Solânea

Antônice de Medeiros Santos
OFICIALA

Aurenice de Medeiros Santos
OFICIALA SUBSTITUTA
Mª Eliane Santos Rodrigues
ESCREVENTE

**Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba
SELO DIGITAL DE FISCALIZAÇÃO**

Selo Normal - Tipo A

Outros Atos Registrais

AAT92011-3003

Confira os dados do ato em:

<https://selodigital.tjpb.jus.br>

Emolumentos: R\$ 0,00

FEPJ R\$ 0,00 - FARPEN R\$ 0,38

VÁLIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL. QUALQUER ADUSTAÇÃO OU RASURA INVALIDA ESTE DOCUMENTO
CEP: 58.225-000

Nº 882058 A





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

Certidão de Óbito

NOME:

MARCOS ANTONIO FRANCO NUNES

CPF

170.278.267-04

MATRÍCULA:

0700520155 2019 4 00012 198 0009224 72

SEXO

masculino

COR

PARDA

ESTADO CIVIL E IDADE

casado, 25 anos

NATURALIDADE

Esperança-PB

DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

RG nº: 4077503 SSP-PB

ELEITOR

SIM - Nº 042038881201, Zona: 48 - PB

FILIAÇÃO E RESIDÊNCIA

ANA MARIA FRANCO NUNES. Resida na(o) EM LUGAR PISSARRO, no município de Solânea-PB

DATA E HORA DE FALECIMENTO

dois de abril de dois mil e dezenove - 17:15

DIA

02

MÊS

04

ANO

2019

LOCAL DO FALECIMENTO

Em via pública: SÍTIO BARROCAS no município de Solânea-PB

CAUSA DA MORTE

HEMORRAGIA SUBARACNOIDES TRAUMÁTICA, FRATURA DE BASE DE CRÂNIO, TRAUMA CRANIOENCEFÁLICO, ACIDENTE MOTOCICLISTICO

SEPULTAMENTO/CREMAÇÃO

Cemitério Santo Antonio - Solânea - PB.

DECLARANTE

ALESSANDRA SANTOS DE OLIVEIRA NUNES, Agricultora, CPF nº 377.683.028-00, RG nº 4306596 SSP-PB, residente e domiciliada: Lugar Pissarro, Solânea-PB

NOME E NÚMERO DO DOCUMENTO DO MÉDICO QUE ATESTOU O ÓBITO

Fagner B.M. Dantas - CRM: 6236

OBSERVAÇÕES / AVERBAÇÕES

Registro lavrado em 04/04/2019, no Livro C-00012, Nº 9224, folha 198. O falecido era casado com ALESSANDRA SANTOS DE OLIVEIRA NUNES. Foi apresentada a Declaração de Óbito nº 259006289. O FALECIDO NÃO DEIXOU FILHOS, NÃO DEIXOU BENS A INVENTARIAR.

CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL

CNPJ 08584112/000-49

R. José Pessoa da Costa, 294

CEP 58225-000 Solânea. PB

Aurenice Medeiros S. C. Dias
OFICIALA SUBSTITUTA

SERVIÇO REGISTRAL ANTONICE
Estado da Paraíba - Comarca de Solânea

Antonice de Medeiros Santos
OFICIALA

Aurenice Medeiros S. C. Dias
OFICIALA SUBSTITUTA

Maria Eliane S. Rodrigues
ESCREVENTE

Raphaella Santos R. Borges
ESCREVENTE

Serviço Registral "ANTONICE"

Belª. Antonice de Medeiros Santos

Solânea-PB

Rua: José Pessoa da Costa nº 294 Centro - E-mail:
cartorioantonice@gmail.com Solânea-PB - CEP 58225000 Fone:
08333632995

O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fe.

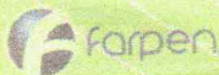
Solânea-PB, 4 de Abril de 2019

Aurenice Medeiros Santos de Carvalho Dias

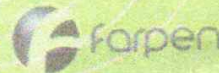
Aurenice Medeiros Santos de Carvalho Dias
Oficiala Substituta

Selo Digital: AIH20317-2FPH

Consulte a autenticidade em: <https://selodigital.tjpb.jus.br>



VÁLIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL. QUALQUER ADULTERAÇÃO OU RASURA INVALIDA ESTE DOCUMENTO



Nº 922814 B



Assinado eletronicamente por: TULLIO JERONIMO BASTOS - 22/04/2020 16:31:09

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20042216310963400000028907679>

Número do documento: 20042216310963400000028907679

Num. 30068050 - Pág. 1



BOLETIM DE OCORRÊNCIA POLICIAL

Livro nº 001/2019

Ocorrência nº. 293/2019

Aos QUATRO dias de ABRIL de DOIS MIL E DEZE OVE, nesta cidade de SOLÂNEA/PB, na Delegacia de Polícia Civil, sob a responsabilidade do(a) Dr(a). **PABLO EVERTON MACEDO DO NASCIMENTO**, Delegado(a) de Polícia Civil, comigo, escrevã(o) do seu cargo, aí, por volta 15h:24min, compareceu a **PESSOA a seguir qualificada:**

ALESSANDRA SANTOS DE OLIVEIRA NUNES, conhecido(a) por ALESSANDRA, Identidade nº 4306.596-SSP/PB, CPF nº 377.683.028-00, nacionalidade brasileira, estado civil: viúva, profissão: camareira, filho(a) de José Ari De Oliveira E Maria Da Glória Santos De Oliveira, natural de Solânea/PB, nascido(a) em 24/07/1988 (30 anos de idade), do sexo feminino, residente e domiciliado(a) no(a) Sítio Peçarro, Zona Rural, tendo como ponto de referência: próximo a Largos da Colina, na cidade de SOLÂNEA/PB, fone(s) para contato: 83 99404-1708.

a quem lhe foi esclarecido a respeito das penas cominadas ao crime de FALSIDADE IDEOLÓGICA (CP, art. 299), tendo declarado que compareceu à esta Delegacia de Polícia Civil para narrar/registrar/informar/noticiar conforme a seguir enumerado:

- 1) **Natureza do fato:** ACIDENTE DE TRÂNSITO;
- 2) **Data do Fato:** 02 de abril de 2019;
- 3) **Horário do fato:** 17h:0min;
- 4) **Local do fato:** Sítio Barrocas, zona rural de Solânea/PB (Próximo ao Bar de Nane);
- 5) **Unidade(s) de Saúde para a(s) qual(is) o(a) acidentado(a) foi encaminhado(a):** ;
- 6) **Descrição do(s) veículo(s) envolvido(s) no acidente:**

HONDA NXR BROS160, COR PRETA, CHASSI 9C2KD1000HR031549, pertencente a MARCOS ANTONIO FRANCO NUNES.

7) Breve resumo do fato:

Nara a comunicante que é casada com a vítima MARCOS ANTONIO FRANCO NUNES, rg 4.077.503 SSP/PB, filho de Ana Maria Franco Nunes, natural de Esperança/PB, nascido em 21/10/1993, vítima de acidente de moto, no local, horário e dataa cima descrita. Segundo relatos de populares no local, MARCOS vinha pilotando a sua motocicleta tipo XXXXXXXXXXXX, quando derrepente uma moto em sentido contrário colidiu com a moto conduzida por MARCOS. Que devido a colisão MARCOS ANTONIO FRANCO NUNES, caiu ao solo e veio a óbito no local. Informa ainda a comunicante que uma equipe da SAMU chegou no loca, mas devido aos ferimento MARCOS não resistiu e veio a óbito.

OBSERVAÇÕES DA UNIDADE POLICIAL:

Este boletim servirá para fins de DPVAT

Nada mais a consignar, lido e achado conforme, vai devidamente assinado pelo(a) noticiante, e por mim, escrevã(o) que digitei.

Alessandra Santos de Oliveira Nunes
ALESSANDRA SANTOS DE OLIVEIRA NUNES
Comunicante

[Assinatura]
Escrivã(o)/Agente
Matrícula nº 168.610-1



SINISTRO 3190509765 - Resultado de consulta por beneficiário

VÍTIMA MARCOS ANTONIO FRANCO NUNES

COBERTURA Morte

PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO SEGURADORA

LIDER DPVAT - OPERAÇÃO CORREIOS

BENEFICIÁRIO ALESSANDRA SANTOS DE OLIVEIRA NUNES

CPF/CNPJ: 37768302800

Posição em 21-04-2020 12:10:00

O pedido de indenização do Seguro DPVAT foi negado, pois não recebemos a documentação complementar que foi solicitada em nossa última correspondência.



RECEBEMOS DE PARENTE MUNIZ FILHO & CIA LTDA. - CNPJ: 22.392.927/0001-57, OS PRODUTOS E/OU SERVIÇOS CONSTANTES DAS NOTA FISCAL INDICADA AO LADO

NF-e

Nº 000.015.497

SÉRIE: 1

DATA DE RECEBIMENTO

IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR

PARENTE MUNIZ FILHO & CIA

LTDA.

AVENIDA PADRE INÁCIO DE ALMEIDA,

345 CENTRO, 58200-000

GUARABIRA-PB FONE/FAX:

83-32712939/ 83-32712939

WEBSITE: E-MAIL:

tigba@aliancamotoshonda.com.br

DANFE

DOCUMENTO AUXILIAR
DA NOTA FISCAL
ELETRÔNICA

0 - ENTRADA

1 - SAÍDA

Nº 000.015.497

SÉRIE: 1

FOLHA 1 / 1



CHAVE DE ACESSO

2517 0822 3929 2700 0157 5500 1000 0154 9713
6580 9625

Consulta de autenticidade no portal nacional
da NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no
site da Sefaz Autorizada

NATUREZA DE OPERAÇÃO
VENDA DE VEICULO 0 KM

PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO

325170013422981 04/08/2017 15: 07: 02

INSCRIÇÃO ESTADUAL

16.251.355-0

INSC. ESTADUAL DO SUBST. TRIBUT

CNPJ

22.392.927/0001-57

DESTINATÁRIO / REMETENTE

NOME / RAZÃO SOCIAL

MARCOS ANTONIO FRANCO NUNES

CNPJ / CPF

170.278.267-04

DATA DE EMISSÃO

04/08/2017

ENDEREÇO

SÍTIO PICARREIA, S/N

BAIRRO / DISTRITO

ÁREA RURAL

CEP

58225-000

DATA DA ENTRADA / SAÍDA

MUNICÍPIO

SOLÂNEA

FONE / FAX

83-99198-9225

UF

PB

INSCRIÇÃO ESTADUAL

HORA DA SAÍDA

FATURA / DUPLICATA

(FATURA Nº: 28271 - Valor Fat.: 10.977,10) Dup.: 28271/01 Venc.:10/08/2017 Valor:10.977,10

CÁLCULO DO IMPOSTO

BASE DE CÁLCULO DO ICMS	0,00	VALOR DO ICMS	0,00	BASE DE CÁLCULO ICMS ST	0,00	VALOR DO ICMS SUBSTITUIÇÃO	0,00	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS	10.977,10
VALOR DO FRETE	0,00	VALOR DO SEGURO	0,00	DESCONTO	0,00	OUTRAS DESPESAS ACESSÓRIAS	0,00	VALOR TOTAL DO IPI	0,00
								VALOR TOTAL DA NOTA	10.977,10

TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS

NOME / RAZÃO SOCIAL	FRETE POR CONTA	9	CODIGO ANTI	PLACA DO VEICULO	UF	CNPJ / CPF
ENDEREÇO	MUNICÍPIO				PB	INSCRIÇÃO ESTADUAL
QUANTIDADE	ESPÉCIE	MARCA	NÚMERO	PESO BRUTO		PESO LÍQUIDO
						0,000
						0,000

DADOS DOS PRODUTOS / SERVIÇOS

CODIGO PROD.	DESC. PRODUTOS/SERVIÇOS	NCM / SH	CST	CFOP	UN	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR DESC.	VALOR TOTAL	BC ICMS	VALOR ICMS	VALOR IPI	ALÍQUOTAS
KD100HRO31549	HONDA MOTOS/NXP	87112000	060	5405	UN	1,000	10.977,10	0,00	10.977,10	0,00	0,00	0,00	ICMS IPI
	BROS160												

Chassi.....: PCND100CHRO31549 Nº Motor.....: KD10EDH031584 Marca / Modelo: HONDA MOTOS/NXP BROS160
Cor.....: PRETA Renavam.....: 014921 Espécie.....: PASSAGEIRO
Cilindradas...: 162,7 HP.....: 14,5 Combustível...: GASOLINA
CMKG (Torque): 1,356KFG Placa.....: Serial (Série): OHR031549 Distância entre eixos (mm): 1356
Tipo Veículo.: MOTOCICLETA Tipo Pintura: Sólida Ano Fab/Mod....: 2017/2017

CÁLCULO DO ISSQN

INSCRIÇÃO MUNICIPAL	308	VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS	0,00	BASE DE CÁLCULO DO ISSQN	0,00	VALOR DO ISSQN	0,00
---------------------	-----	--------------------------	------	--------------------------	------	----------------	------

DADOS ADICIONAIS

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Declaramos ter vendido o veículo sem Reserva de Domínio e com Alienação Fiduciária a favor de ADM
CONSORCIO NACIONAL HONDA. Trib. Aprox. R\$ 1.665,23 Federal e 2.744,28 Estadual Fonte:
IBPT/empresometro.co M2LSPH. RG: 4077501. Proposta: 060404221. Vendedor: 0039 - JUSSARA DE SOUZA BEZERRA.
NF Origem: 010578894/27 - 13/07/2017 Grupo: 41072. Cota: 268. Reposição: 2. Dígito: 1.

RESERVADO AO FISCO



Assinado eletronicamente por: TULLIO JERONIMO BASTOS - 22/04/2020 16:31:11

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20042216311045400000028907676>

Número do documento: 20042216311045400000028907676

Num. 30067447 - Pág. 1



I	Identificação	1 Tipo de óbito 1 <input type="checkbox"/> Fetal 2 <input type="checkbox"/> Não Fetal	2 Data do óbito 02/04/2020	3 Cartão SUS	4 Naturalidade Município / UF (se estrangeiro informar País)			
		5 Nome do Falecido MARCOS ANTONIO FERREIRA NUNES	6 Nome do Pai NÃO DECLARADO	7 Nome da Mãe MARIA FERNANDA FERREIRA NUNES				
		8 Data de nascimento 21/10/1993	9 Idade 25	10 Sexo M - Masc. F - Fem. I - Ignorado	11 Raça/Cor 1 <input type="checkbox"/> Branca 4 <input type="checkbox"/> Parda 2 <input type="checkbox"/> Preta 5 <input type="checkbox"/> Indígena 3 <input type="checkbox"/> Amarela			
		12 Situação conjugal 1 <input type="checkbox"/> Solteiro 4 <input type="checkbox"/> Separado judicialmente 2 <input type="checkbox"/> Casado 5 <input type="checkbox"/> União estável 3 <input type="checkbox"/> Viúvo 6 <input type="checkbox"/> Ignorada	13 Escolaridade (última série concluída) Nível 0 <input type="checkbox"/> Sem escolaridade 3 <input type="checkbox"/> Médio (antigo 2º grau) Ignorado 1 <input type="checkbox"/> Fundamental I (1ª a 4ª Série) 4 <input type="checkbox"/> Superior incompleto 2 <input type="checkbox"/> Fundamental II (5ª a 8ª Série) 5 <input type="checkbox"/> Superior completo	14 Ocupação habitual (informar anterior, se aposentado / desempregado)	Código CBO 2002			
II	Residência	15 Logradouro (rua, praça, avenida, etc) Sítio Pico da Moura	16 CEP 5N	17 Bairro/Distrito Zona Rural	18 Município de residência Salinas	19 UF PA		
		20 Local de ocorrência do óbito 1 <input type="checkbox"/> Hospital 3 <input type="checkbox"/> Domicílio 5 <input type="checkbox"/> Outros Ignorado 2 <input type="checkbox"/> Outros estab. saúde 4 <input type="checkbox"/> Via pública 6 <input type="checkbox"/> Aldeia Indígena	21 Estabelecimento Código CNES	22 Endereço de ocorrência (rua, praça, avenida, etc) Sítio Pico da Moura	23 CEP 5N	24 Bairro/Distrito Zona Rural	25 Município de ocorrência Salinas	26 UF PA
III	Ocorrência	PREENCHIMENTO EXCLUSIVO PARA ÓBITOS FETAIS E DE MENORES DE 1 ANO - INFORMAÇÕES SOBRE A MÃE						
		27 Idade (anos) 28	28 Escolaridade (última série concluída) Nível 0 <input type="checkbox"/> Sem escolaridade 3 <input type="checkbox"/> Médio (antigo 2º grau) Ignorado 1 <input type="checkbox"/> Fundamental I (1ª a 4ª Série) 4 <input type="checkbox"/> Superior incompleto 2 <input type="checkbox"/> Fundamental II (5ª a 8ª Série) 5 <input type="checkbox"/> Superior completo	29 Ocupação habitual (informar anterior, se aposentada / desempregada)	Código CBO 2002			
IV	Fetal ou menor que 1 ano	30 Número de filhos vivos Nascidos vivos	31 Nº de semanas de gestação	32 Tipo de gravidez 1 <input type="checkbox"/> Única 2 <input type="checkbox"/> Dupla 3 <input type="checkbox"/> Tripla e mais 9 <input type="checkbox"/> Ignorada	33 Tipo de parto 1 <input type="checkbox"/> Vaginal 2 <input type="checkbox"/> Cesáreo 9 <input type="checkbox"/> Ignorado	34 Morte em relação ao parto 1 <input type="checkbox"/> Antes 2 <input type="checkbox"/> Durante 3 <input type="checkbox"/> Depois 9 <input type="checkbox"/> Ignorado		
		35 Peso ao nascer Gramas	36 Número da Declaração de Nascimento Vivo					
V	Condições e causas do óbito	ÓBITO DE MULHER EM IDADE FÉRTIL						
		37 A morte ocorreu 1 <input type="checkbox"/> Na gravidez 3 <input type="checkbox"/> No abortamento 5 <input type="checkbox"/> De 43 dias a 1 ano após o término da gestação 2 <input type="checkbox"/> No parto 4 <input type="checkbox"/> Até 42 dias após o término da gestação 8 <input type="checkbox"/> Não ocorreu nestes períodos						
		38 Recebeu assist. médica durante a doença que ocasionou a morte? 1 <input type="checkbox"/> Sim 2 <input type="checkbox"/> Não 9 <input type="checkbox"/> Ignorado						
		39 Necropsia? 1 <input type="checkbox"/> Sim 2 <input type="checkbox"/> Não 9 <input type="checkbox"/> Ignorado						
VI	Médico	40 CAUSAS DA MORTE						
		PARTE I Doença ou estado mórbido que causou diretamente a morte. CAUSAS ANTECEDENTES Estados mórbidos, se existirem, que produziram a causa acima registrada, mencionando-se em último lugar a causa básica.						
		ANOTE SOMENTE UM DIAGNÓSTICO POR LINHA a Hemorragia Subaracnóidea Traumatismo b Fratura de Base de Crânio c Trauma Cranioencefálico d Acidente Motorístico						
		PARTE II Outras condições significativas que contribuíram para a morte, e que não entraram, porém, na cadeia acima.						
VII	Causas externas	41 Nome do Médico FERNANDO B. M. DANTAS	42 CRM 6736	43 Óbito atestado por Médico 1 <input type="checkbox"/> Assistente 4 <input type="checkbox"/> SVO 2 <input type="checkbox"/> Substituto 5 <input type="checkbox"/> Outro 3 <input type="checkbox"/> IML	44 Município e UF do SVO ou IML Salinas PA	UF		
		45 Meio de contato (telefone, fax, e-mail, etc) 83 987770009	46 Data do atestado 02/04/2020	47 Assinatura				
VIII	Causas externas	PROVÁVEIS CIRCUNSTÂNCIAS DE MORTE NÃO NATURAL (informações de caráter estritamente epidemiológico)						
		48 Tipo 1 <input checked="" type="checkbox"/> Acidente 3 <input type="checkbox"/> Homicídio Ignorado 2 <input type="checkbox"/> Suicídio 4 <input type="checkbox"/> Outros 9	49 Acidente do trabalho 1 <input type="checkbox"/> Sim Ignorado 2 <input type="checkbox"/> Não 9	50 Fonte da informação 1 <input type="checkbox"/> Ocorrência Policial Nº 384/2020 Ignorado 2 <input type="checkbox"/> Hospital 3 <input type="checkbox"/> Família 4 <input type="checkbox"/> Outra 9				
IX	Causas externas	51 Descrição sumária do evento Colisão moto - moto					Tipo de local de ocorrência do acidente ou violência 1 <input type="checkbox"/> Via pública 4 <input type="checkbox"/> Estabelecimento comercial 2 <input type="checkbox"/> Endereço de residência 5 <input type="checkbox"/> Outros 3 <input type="checkbox"/> Outro domicílio 9 <input type="checkbox"/> Ignorada	
		52 ENDEREÇO DO LOCAL DO ACIDENTE OU VIOLÊNCIA Logradouro (rua, praça, avenida, etc) Sítio Pico da Moura					53 Cartório e REPN	54 Registro 9224 04 04 2020
X	Causas externas	55 Município Salinas					56 Data 02/04/2020	57 UF PA



PROCURAÇÃO AD JUDICIA ET EXTRA

OUTORGANTE: ALESSANDRA SANTOS DE OLIVEIRA NUNES, brasileira, agricultora, viúva, inscrita no CPF sob nº 377.683.028-00 e portadora da Cédula de Identidade nº 4.306.596 SSDS/PB, residente e domiciliado no Sítio Piçarreira, s/n, área rural do Município de Solânea-PB, (CEP 58.225-000), com endereço eletrônico desconhecido.

OUTORGADO: TULLIO JERÔNIMO BASTOS, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/PB sob o nº 24.392, com CPF/MF de nº 094.274.524-80 e Documento de Identidade nº 3679942/SSP-PB, com endereço profissional à Rua Alfredo Pessoa de Lima, nº 251, centro, Solânea-PB, CEP: 58.225.000, endereço eletrônico: tulliojeronimoadv@gmail.com.

PODERES: Por este instrumento particular de mandato, o **OUTORGANTE** confere ao **OUTORGADO** plenos poderes para o foro em geral, com a cláusula *ad judicium* et extra, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações competentes e defendê-lo nas contrárias, seguindo uma e outras, até final decisão, usando os recursos legais e acompanhando, conferindo-lhe, ainda, os poderes especiais para receber citação, confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação, receber, dar quitação, firmar compromisso e assinar declaração de hipossuficiência econômica, conforme estabelecido no Art. 105 do Código de Processo Civil (Lei 13.105/2015), agindo em conjunto ou separadamente, podendo ainda substabelecer esta a outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, enfim, praticar todos os atos processuais que ache oportuno e conveniente para o fiel cumprimento deste mandato, dando tudo por bom, verdadeiro, firme e valioso.

Solanêa-PB, 22 / 04 / 2020.

Alessandra Santos de Oliveira Nunes

OUTORGANTE



Rua Alfredo Pessoa de Lima, 251
Centro, Solânea-PB
58225-000

☎ 83 99102-6260
✉ tulliojeronimoadv@gmail.com

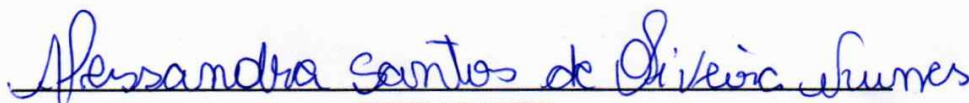




DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA

Eu, **ALESSANDRA SANTOS DE OLIVEIRA NUNES**, brasileira, agricultora, viúva, inscrita no CPF sob nº 377.683.028-00 e portadora da Cédula de Identidade nº 4.306.596 SSDS/PB, residente e domiciliado no Sítio Piçarreira, s/n, área rural do Município de Solânea-PB, (CEP 58.225-000), com endereço eletrônico desconhecido, **DECLARO** que não posso suportar as despesas processuais decorrentes desta demanda sem prejuízo do meu próprio sustento e de minha família, sendo, pois, para fins de concessão do benefício da gratuidade de Justiça, nos termos da Lei 1.060/50, bem como do art. 98 do Código de Processo Civil, por ser pobre no sentido legal da acepção, o que faço com arrimo no art. 99, § 3º, do mesmo Diploma Legal. Declaro, ainda, que tenho conhecimento das sanções penais que estarei sujeito, caso inverídica a declaração prestada, sobretudo a disciplinada no art. 299 do Código Penal. Por ser verdade, firmo o presente.

Solânea-PB, 22 / 04 / 2020


DECLARANTE



Rua Alfredo Pessoa de Lima, 251
Centro, Solânea-PB
58225-000

☎ 83 99102-6260
✉ tulliojeronomoadv@gmail.com





TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA
VARA ÚNICA DA COMARCA DE SOLÂNEA
Fórum "Adv. Alfredo Pessoa de Lima"
Fone/Fax: (83) 3363-3376

Processo número - 0800319-18.2020.8.15.0461
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
ASSUNTO(S): [Seguro]
AUTOR: ALESSANDRA SANTOS DE OLIVEIRA NUNES
REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

DESPACHO

Vistos, etc...

Ante a presunção de veracidade da alegação de insuficiência deduzida por pessoa natural, nos termos do CPC, art. 99, defiro a gratuidade da justiça em relação a todos os atos processuais. Observe a parte que o benefício não abrange a responsabilidade do beneficiário pelas despesas processuais e pelos honorários de advogado decorrentes de sua sucumbência (CPC15, art. 98, §2º), ficando suspensa a exigibilidade dos valores por 5 anos contados do trânsito, nem o dever de pagar multa processual eventualmente imposta por procrastinação ou litigância de má-fé.

A petição inicial está em termos do art. 319/320 do CPC15, não havendo defeitos ou irregularidades capazes de dificultar o julgamento do mérito, preenchendo seus requisitos essenciais, pelo que, recebo a inicial.

Analisando a inicial e documentos juntados, denoto que não é caso de improcedência liminar do pedido, nos termos do art. 332 do CPC15, por não contrariar entendimento firmado em IRDR, súmula do STF, STJ ou ainda do TJPB, nem ocorrência de decadência ou prescrição, a princípio.

Deixo de designar audiência de autocomposição, considerando que diante das especificidades da causa e de modo a adequar o rito processual às necessidades do conflito, deixo para momento oportuno a análise da conveniência da audiência de conciliação.(CPC, art.139, VI e Enunciado n.35 da ENFAM).

Servindo este como carta, cite-se o demandado para integrar a relação processual e apresentar contestação no prazo de 15 dias úteis. Se o demandado não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor.

Solânea-PB, 23 de abril de 2020.

Osenival dos Santos Costa
Juiz de Direito